

ÓRGÃO DA COMISSÃO  
EXECUTIVA NACIONAL DO PT



# BOLETIM NACIONAL

Nº 79 - 1ª quinzena de Dezembro/93 - CR\$ 170,00



## Querem a revisão na marra!

“A luta contra a revisão e a corrupção são faces da mesma moeda. O PT deve continuar lutando contra a revisão”.

Veja a íntegra da resolução do DN na página 4

DN

O PT e a CPI da  
CUT

Página 2

PRIVATIZAÇÕES

A luta da COSIPA

Página 3

COMUNICAÇÃO

Seminário

Nacional dias 11  
e 12

Página 6

PREFEITURAS

Seminário em  
Goiânia

Página 8

## Mineiros

A coerência que marca a real diferença do PT frente aos demais partidos coloca Lula na liderança das pesquisas eleitorais. Entretanto, nas pesquisas para os governos dos Estados, os candidatos petistas aparecem em média com 4% ou 5%, salvo duas ou três exceções. Em Minas Gerais nosso problema não é a falta de candidatos fortes, mas o desinteresse de nossas maiores referências públicas em colocarem-se abertamente à discussão com o partido. O adiamento da prévia e a transferência dessa decisão para um encontro estadual em março/94 só vem confirmar essa realidade. As lideranças que subscrevem esse manifesto dirigem-se ao conjunto dos petistas propondo uma ação para reverter este quadro e colocar o partido à altura de suas potencialidades eleitorais. cremos que este é o sentimento da maioria dos petistas, que, com sua manifestação, poderá mudar os rumos da discussão da chapa majoritária.

Apelamos aos petistas a seguir citados a colocarem-se opcionalmente à disposição do partido para a montagem de uma competitiva chapa de majoritários. São eles: Antonio Carlos Pereira (Carlão), Chico Ferramenta, Nilmário Miranda, Sandra Starling e Virgílio

Guimarães. Que a direção do partido proceda essa consulta aos citados o mais urgente possível, deflagrando o debate interno, em caso positivo, ou esclarecendo os petistas do não aceite, em caso negativo.

**Helena Greco**, da Comissão de Direitos Humanos da PBH, **Gilberto Neves**, **Moisés Augusto**, **Ronald Rocha** e **Gilson Lyrio**, membros do DN, **Gilmar Machado**, **Marcos Helênio Pena** e **Maria José Hauesien**, deputados estaduais, **Rogério Correia**, vereador - BH e mais 26 assinaturas.

## Ceará

Solicitamos à redação do Boletim Nacional correção da informação publicada sobre a política de alianças do PT-CE. A posição aprovada na última reunião do CDE-CE, realizada em 20 e 21 de novembro, diz que: "Dois objetivos estão postos para o PT na disputa eleitoral do Ceará: 1- Construir uma ampla aliança de esquerda e centro esquerda(...) no sentido de se construir um forte palanque eleitoral para a campanha Lula (...) 7- O PT sozinho: Este caminho inviabiliza o primeiro objetivo, todavia apresenta maior possibilidade de elegermos uma forte bancada de deputados, porque trabalhamos no sentido do crescimento partidário, a disputa entre candidatos será dentro do próprio partido e podemos estimular o lançamento de várias candidaturas garantindo a unidade do partido na disputa eleitoral."

Saudações Democráticas

Kennedy Moura Ramos  
Secretário de Organização  
CDE- CE

### O BN responde

Lembramos aos companheiros cearenses que a matéria sobre política de alianças está numa edição anterior à reunião do CDE-CE, quando, portanto, não existiam as resoluções que ora nos enviam como errata. Os dados constantes na matéria são de responsabilidade da Secretaria Nacional de Organização, que coletou as informações junto aos estados.

## EDITORIAL

### O PT e a chamada "CPI da CUT"

*O PT não aceita ser colocado na vala comum dos políticos que se locupletam com o dinheiro público, tentativa da qual a chamada "CPI da CUT" é um instrumento.*

*O PT se opõe à essa CPI exclusiva da CUT, não porque tema qualquer investigação, mas porque ela é fruto de uma política capitaneada pelo PPR para tentar atingir a candidatura Lula. Ela não se baseia em nenhum fato concreto e estabelece um inédito prazo de seis meses, na verdade, expressão de seu objetivo ligado à eleição presidencial.*

*Somos contrários a essa CPI só para a CUT — se a intenção fosse outra, deveria abarcar todo o financiamento eleitoral do conjunto dos partidos políticos.*

*Por isso, se a "CPI da CUT" vier a se instalar, apesar dos seus vícios de forma — que ainda podem ser examinados pela Comissão de Justiça — e de seus objetivos eleioeiros — que trata-*

*remos de demonstrar para todas as forças políticas do Congresso — então, essa CPI será uma tribuna da defesa dos direitos democráticos e dos trabalhadores, na qual saberemos refutar jurídica e politicamente as acusações de que somos vítima.*

*Desde já, o PT decide levar aos demais partidos no Congresso Nacional sua posição a favor da criação e instalação de uma CPI sobre o financiamento das campanhas eleitorais de todos os partidos. Seu objetivo seria o de apurar todos os fatos que caracterizam o uso de fundos não contabilizados oficialmente, a exemplo do que está sendo desvendado parcialmente nos casos Pau Brasil, empreiteiras como Andrade Gutierrez, Odebrecht e Servaz, importação de equipamentos com superfaturamento, uso de leilões de gado, entre outros.*

**Diretório Nacional do PT**

BOLETIM NACIONAL

Dezembro/93  
1ª quinzena Nº 79

O Boletim Nacional é uma publicação quinzenal da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores Rua Conselheiro Nébias, 1052 CEP 01203-002 - São Paulo/SP Fones (011) 223.7999/7904 Fax: (011) 222.9665

**Secretário de Comunicação**

Markus Sokol

**Secretário Adjunto**

José Américo Dias

**Jornalista Responsável**

Marisa Lourenço MTb 18.321

**Colaboradores**

Cintia Campos

**Editoração Eletrônica**

William Aguiar

**Assinaturas/Expedição**

Ronney Lopes

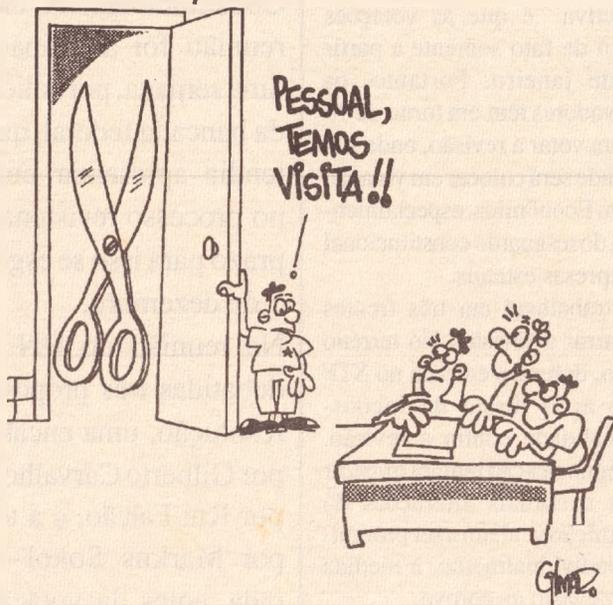
**Impressão**

Central Print

## PRIVATIZAÇÕES

# Cosipa: demissões suspensas

*Ordem judicial susta quatro mil dispensas pretendidas pelos novos donos da empresa.*



Por decisão do Juiz do Trabalho Jamil Zantut, do TRT paulista, a direção da Cosipa foi obrigada a interromper o processo de demissões desencadeado na empresa após sua privatização. Junto com o Sindicato dos Metalúrgicos, a prefeitura petista de Santos (SP) comprou briga pela garantia do emprego. Davi Capistrano, o prefeito santista, conta como foi essa primeira vitória.

**Boletim Nacional-** Qual o papel da Prefeitura de Santos nessa luta contra as demissões na Cosipa?

**Davi Capistrano-** A prefeitura participou da luta contra a privatização da Cosipa, que se confirmou no mês de agosto deste ano. Apesar das promessas de garantia de emprego, as demissões se tornaram iminentes agora em novembro. Essa situação coincidiu com o lançamento da campanha da prefeitura pela geração de empregos, em parceria com entidades da sociedade civil e também com parcelas do empresariado da cidade. (ver BN nº 78).

Uriel Vilas Boas, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, denunciou, no dia do lançamento da campanha, que as demissões iam começar. No dia seguinte a empresa distribuiu a todos os seus 12 mil trabalhadores uma espécie de hollerit contendo o valor que cada um receberia caso optassem por um auto-denominado "Plano de Demissão Incentivada". Esse plano dava alguns meses de salário adicional a quem aceitasse pedir demissão. Só que eram indenizações ridículas.

Falava-se em corte de 2 a 4 mil trabalhadores. A Cosipa substituiu todos os chefes de seção, e os novos chefes tinham listas dizendo quantas pessoas deveriam permanecer em cada setor. E os chefes intimavam os trabalhadores a aceitarem o plano, que deveria ser voluntário.

**BN-** Um processo como esse da Cosipa não serve para desmistifi-

car as "maravilhas" da privatização?

**Davi-** Exemplos como a da Cosipa seguramente abalam as imagens que se quis construir para o Programa de Privatizações. E em Santos nós temos a experiência do ano de 1991, quando Telma de Souza era a prefeita da cidade. Uma outra estatal, a CODESP, que administra o Porto de Santos, tentou demitir de uma vez só 5.372 operários portuários. A reação da cidade foi muito forte, Santos chegou a realizar um dia de greve geral. A consequência foi o recuo do governo — o presidente na época era Collor — cancelando as demissões.

**BN-** E entre os trabalhadores da Cosipa, como estava a mobilização?

**Davi-** O clima de terror que se instalou na empresa criou dificuldades para a resistência dos trabalhadores, num primeiro momento. As primeiras assembleias convocadas pelo sindicato não contaram com uma presença massiva. Mas a prefeitura, e diversos outros setores, estiveram ao lado dos trabalhadores. Eles foram vendo que era possível lutar

para reverter as demissões. Aí começou a haver um alento maior de resistência.

**BN-** A prefeitura acabou sendo reconhecida pela justiça como parte interessada no conflito gerado pelas demissões. Como foi isso?

**Davi-** A gente tem uma compreensão que o prefeito não é um síndico da cidade. Prefeito tem que cuidar da cidade também enquanto unidade econômica, social e tudo o mais.

Então, juntamente com o sindicato, tentamos arrancar o diálogo com a empresa, na própria sede dela, em Cubatão. Não fomos recebidos. Marcaram uma conversa para o dia seguinte, aqui em São Paulo. Foi uma tremenda descortesia, uma arrogância terrível da direção dessa empresa, que nos fez esperar na calçada três horas, se negando a nos receber. Finalmente, às duas horas da tarde, a direção da Cosipa resolveu nos conceder uma audiência, já previamente limitada em 30 minutos.

A conversa foi tenebrosa. A direção da empresa alegava que era uma empresa privada, não tinha satis-

fação nenhuma a dar ao poder público. Se comportava como se não devesse respeito à Constituição, à legislação trabalhista, ao acordo coletivo de trabalho.

**BN-** E na justiça, como foi?

**Davi-** Os advogados acharam o caminho no sentido de abrir um dissídio coletivo no Tribunal Regional do Trabalho, por violação de uma cláusula do acordo, que previa que não haveria demissões em decorrência do processo de privatizações. E foi marcada a audiência de conciliação e julgamento. Nós resolvemos, na prefeitura, que eu deveria comparecer à audiência no sentido de expressar que havia um outro elemento a ser ouvido, porque não estávamos diante apenas do conflito entre o patrão e os trabalhadores. Tinha o interesse público, da região, da cidade, havia as consequências sociais. O juiz recebeu o ofício e determinou a sua inclusão nos autos do processo e me convidou para tomar assento à mesa de negociações.

**BN-** Isso é comum?

**Davi-** Eu conversei com vários advogados trabalhistas e constatei que não há precedente nisso. Mas no mundo inteiro o desemprego é um dos maiores problemas sociais vividos, e é um problema das sociedades e dos governos. Portanto era um direito e um dever da prefeitura de Santos lutar contra o desemprego no município. O juiz aceitou esta argumentação, tanto que a incluiu em sua decisão, dizendo que "demissões em massa representam, inequivocamente, um flagelo social".

A empresa não aceitou a proposta do juiz, de suspender as demissões. Então, o juiz resolveu tomar a decisão na hora, suspendendo as demissões até que o mérito da questão fosse julgado. O pessoal comemorou a decisão numa assembleia muito entusiasmada. Foi uma primeira vitória, mas vamos ter que continuar a mobilização até a decisão final da justiça.

## Resolução do DN



JCAR.

O Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, reunido em 27 de novembro de 1993, entende que não se pode revisar a constituição sem antes revisar o Congresso Nacional.

Por isso o PT vem trabalhando pela inviabilização da revisão, buscando bloquear todas as tentativas de colocá-la em marcha e, de antemão, não se compromete com qualquer processo revisional feito por um Congresso sem mandato ou legitimidade na sociedade para tal procedimento.

Cientes do perigo que representa para seus interesses a continuidade da democratização do país, as elites insistem na revisão constitucional. Uma revisão anti-democrática, porque não debatida às claras na sociedade; ilegítima, porque oriunda de um Congresso não eleito para isto; e sob suspeição, porque realizada por um Congresso que ainda não concluiu as investigações sobre os fatos que o atingem.

A luta contra a revisão e contra a corrupção e a impunidade são faces da mesma moeda. Assim, o PT deve continuar lutando contra a revisão. Deve continuar chamando os demais partidos e entidades comprometidos com a democracia para se oporem a esta manobra política, obstruindo e não legitimando o processo revisional.

**Sobre a Tática da Bancada**

A obstrução desenvolvida pela bancada do PT conseguiu adiar consideravelmente a aprovação do regimento interno e das votações de mérito da revisão constitucional. Supondo que os prazos não sejam prorrogados, a revisão deve encerrar-se em 15 de março.

O calendário prevê que as primeiras votações possam ocorrer a partir do dia 23 de dezembro. Mas como haverá recesso parlamentar, provavelmente entre os dias 24 de dezembro e 2 de janeiro, a

perspectiva é que as votações ocorram de fato somente a partir de 3 de janeiro. Portanto, os conservadores têm em torno de 70 dias para votar a revisão, onde sua prioridade será colocar em votação a Ordem Econômica, especialmente o fim do resguardo constitucional das empresas estatais.

O PT trabalhará em três frentes para barrar a revisão. No terreno jurídico, daremos entrada no STF a uma ação direta de inconstitucionalidade contra a revisão. Uma segunda ação tentará impedir que as eventuais alterações da Constituição venham a ser promulgadas individualmente, à medida que o plenário as aprove.

Também no sentido de obstruir a revisão, o PT deve concentrar seus esforços na CPI do Orçamento. O julgamento dos corruptos tomará tempo da revisão, além de constituir um obstáculo político à sua realização.

Finalmente, a bancada deve estar presente em todas as instâncias de discussão e decisão, intervindo permanentemente para bloquear os trabalhos. Esta tática, evidentemente, não inclui a apresentação de emendas, visto que isto legitimaria a revisão. Mas compreende, como aspecto central, intervir na definição da pauta de votações onde buscaremos adiar a discussão da Ordem Econômica.

É claro que o resultado de nossa obstrução não depende só do trabalho parlamentar ou da disputa jurídica. Para barrar a revisão é fundamental a ação do movimento social, a lado dos partidos e entidades contrárias à revisão.

O Diretório Nacional de janeiro voltará a apreciar o andamento dos trabalhos da revisão.

São Paulo, 27 de novembro de 1993.

Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

## Reafirmamos: não à revisão

*DN orienta a bancada a bloquear a revisão sem comprometer-se com o processo revisional feito por esse Congresso sem mandato nem legitimidade*

A principal decisão do Diretório Nacional, em sua reunião de 27 e 28 de novembro, foi a de manter a posição do partido sobre a Revisão Constitucional. A data da reunião foi antecipada em uma semana, por solicitação da bancada federal, que pretendia apresentar emendas no processo revisional — o prazo para isso se esgota em 7 de dezembro.

Na reunião do DN foram debatidas três propostas de resolução, uma encabeçada por Gilberto Carvalho, outra por Rui Falcão, e a terceira por Markus Sokol — retirada, antes da votação, em favor da proposta de Falcão. Nenhuma das posições previa a participação plena do PT na Revisão, apesar de alguns oradores terem ponderado que, em vista da CPI da CUT, o PT deveria "evitar o isolamento", através da participação no processo.

O texto proposto por Rui Falcão foi aprovado por 31 a 22 votos, com uma abstenção. A divergência se concentrava em apresentar ou não emendas de mérito ao longo do processo revisional. A maioria do Diretório considerou que essa mudança de tática — proposta pela bancada e defendida na reunião pelo líder na Câmara, Vladimir Palmeira — sinalizaria a participação de fato na revisão. Confundiria, em

particular, os movimentos e entidades que têm se mobilizado, na defesa de direitos e reivindicações, contra a revisão.

**Antecipação**

Os DRs ou Executivas de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo e Distrito Federal haviam enviado mensagem ao DN, no sentido de aprofundar o boicote à revisão. As instâncias do RS, SP e DF propunham, ainda, que o PT adotasse a bandeira da antecipação das eleições, mas o assunto não foi a votos por falta de quorum.

Enquanto o governo se apronta para divulgar o conjunto de medidas chamado de "Plano Fernando Henrique Cardoso-2" — que depende de uma série de mudanças na Constituição —, é evidente a enorme pressão para a participação do conjunto de forças políticas no processo revisional, em particular daquelas contrárias à revisão. Isso porque o Congresso ou o Governo carecem de legitimidade para tanto. Mas as medidas são necessárias "para finalizar o acordo com o FMI", como já explicou André Lara Rezende, do PSDB, negociador governamental da dívida externa.

**Assine o BN**

Não perca a chance de se manter informado sobre as últimas resoluções do Diretório Nacional do PT

*Acho que é por empobrecimento ilícito...*

**A proposta minoritária**

"O Diretório Nacional do PT decide orientar sua bancada a realizar a obstrução do processo de revisão constitucional, explorando ao máximo as possibilidades desse tipo de atividade legislativa, que estará combinada com ações no plano jurídico e na mobilização de massas. A bancada deve lutar para que o Congresso Nacional priorize o desenvolvimento dos trabalhos da CPI do Orçamento e, em seguida, o julgamento e a punição

dos corruptos que assaltaram os cofres públicos.

Uma vez instalado o processo de revisão constitucional, e dentro do espírito de aproveitar todas as alternativas para realizar nosso trabalho de obstrução, a bancada poderá apresentar emendas coletivas — de bancada —, ouvida a Comissão Executiva Nacional, ou intermediar a apresentação de emendas encaminhadas por movimentos populares ou sociais".

**"Com o boicote, a direita faz a revisão"**

Na véspera da decisão do Diretório Nacional, o líder do PT na Câmara Federal, deputado Vladimir Palmeira (RJ), ainda estava otimista quanto à aprovação da proposta da bancada federal (veja box). Ele explicou ao Boletim Nacional a tática defendida pelos parlamentares petistas, "a única chance de barrarmos, ou limitarmos, a revisão constitucional".

**Boletim Nacional-** O que motivou a bancada federal a propor ao DN a alteração da tática do partido frente à revisão?

**Vladimir-** Nós temos duas formas de combater a revisão hoje. Uma é boicotar — nem aparecer lá — tentando colocar a responsabilidade da revisão nos partidos conservadores. Outro é tentar obstruir essa revisão utilizando emendas, destaques, falando, votando, porque tudo isso vai retardando o processo. O boicote entrega a revisão às forças conservadoras, para que elas a façam

rapidamente. Não há movimento de massas contra a revisão. Não há sequer uma grande pressão das entidades populares. A única chance que a gente tem de barrar a revisão é pela obstrução, que implica em participação, mas não uma participação comum. Com isso a gente pode obstaculizar completamente a revisão, ou pelo menos limitar seus efeitos. Isso não é garantido, mas é a chance que a gente tem. Se a gente insistir no boicote, a revisão está feita.

Em resumo, nossa tática tem quatro pontos: fazer obstrução, continuar denunciando essa revisão — e tentando impedi-la com a obstrução —, dar prioridade à CPI e à cassação dos corruptos e, claro, continuar a trabalhar junto com os demais partidos contrários à revisão e junto ao movimento social para construir uma mobilização de massas maior. Esse conjunto é a nossa única alternativa, seja para barrar, seja para limitar a revisão.

**Garantir o Brasil Agora**

Em vista das dificuldades financeiras do jornal, o DN retomou a discussão a respeito, constituindo uma comissão no sentido de assegurar sua viabilização.

Medidas financeiras imediatas, estão sendo encaminhadas, junto com a revisão do projeto editorial. Resumidamente são:

- 1) Imediatas :
  - Propor uma cota de assinaturas para os DRs, tendo como mínimo os membros do DR;
  - Estabelecer uma cota de assinaturas para cada membro do DN, no mínimo de 5;
  - Fazer uma campanha de Assinaturas Coletivas, junto a entidades, movimentos e associações;

- Propor aos nossos Prefeitos, Vices, Parlamentares Federais e Estaduais, uma cota mínima de 3 assinaturas;

- Discutir com os DRs e DMs o estudo da suspensão de algumas publicações por um período, de modo a concentrar recursos no Brasil Agora.

2) Adequar o projeto editorial ao momento eleitoral que se aproxima, revendo inclusive sua estrutura financeira. O próximo Seminário Nacional de Comunicação será uma oportunidade também para esta discussão.

As Conclusões do trabalho da comissão serão apresentadas à CEN.

## RELAÇÕES INTERNACIONAIS

### Visita da FMLN ao Brasil

Descobrir novas formas de fazer política. O desafio ganha outros tons quando colocado diante da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional — FMLN, de El Salvador. “Nem sempre é fácil deixar o combate, a clandestinidade, para retomar um dia a dia também cheio de incertezas, em meio ao desemprego e a crise econômica”, admite Eugênio Chicas Martinéz, sub-coordenador da FMLN.

Não é nostalgia da guerra: “El Salvador hoje está melhor, há participação popular, há otimismo”, diz Martinéz. Mas o acordo de paz mediado pela ONU vem sendo apenas parcialmente cumprido pelo governo. Está em vigor, por exemplo, a reformulação do Exército, com o contingente reduzido à metade.

#### Reinserção

Outro ponto importante do acordo é a separação do Exército e da Polícia, o que tem permitido, inclusive, a apuração dos crimes cometidos pelas Forças Armadas. Cento e dois oficiais acusados de violações dos direitos humanos, corrupção e assassinato já foram afastados, e a “Comissão de Verdades” continua a apurar os crimes de guerra.

Mas há a outra metade — desmobilizada — do Exército e os ex-combatentes da FMLN. “Os programas de reinserção dos ex-combatentes não foram cumpridos”, conta Martinéz. Com isso cresce a delinqüência e, entre os ex-integrantes do Exército, a adesão aos grupos paramilitares. “De toda a terra que deveria ser destinada aos ex-combatentes da Frente, só 17% nos foi entregue. Isso é uma forma do governo criar contradições entre nós e nossa base”, acredita o sub-coordenador da FMLN.

#### “Pobredólares”

Com 5,47 milhões de habitantes, El Salvador tem hoje 20% de sua população morando nos Estados Unidos. Esses emigrados são a

principal fonte de divisa do país, graças aos “pobredólares”, o dinheiro que mandam para casa todos os meses, e que somam US\$ 1,2 bilhões ao ano, contra os US\$ 300 milhões provenientes das exportações de café, principal produto do país. Há um movimento pela proteção dos direitos dos salvadorenos residentes nos EUA, já que o governo americano quer devolvê-los ao seu país.

Reorganizada como partido há cerca de um ano, a FMLN está presente nas 14 províncias e em 252 do total de 262 municípios. “A direita imaginava que éramos capazes de lutar uma guerra. Não calcularam que seríamos capazes de nos organizar na nova realidade com tanta rapidez”. Hoje, somada à Convergência Democrática, a Frente é a 2ª força política de El Salvador.

#### Eleições gerais

O candidato à presidência da República, Rubem Zamora, apoiado por essas duas organizações, tem 21% nas pesquisas de intenção de votos, contra 30% de Armando Calderón Sol, da ARENA — o partido da direita salvadorenha. Dia 20 de março, El Salvador elege um novo presidente, renova o Congresso, governo local e escolhe — pela primeira vez por via direta — seus representantes no Parlamento Latino Americano.

Apesar do acordo de paz, o povo de Salvador ainda convive com a violência e com as violações aos direitos humanos. No mês de outubro, foram assassinados por esquadrões da morte dois líderes políticos ligados à FMLN. No dia 25, foi morto Francisco Veliz. Dia 30, a vítima foi Heleno Castro. A visita do sub-coordenador da FMLN, Eugenio Martinéz, ao Brasil teve o objetivo de denunciar a ação dos paramilitares, além de contatos diplomáticos com o governo federal e o Congresso Nacional, nos quais a Secretaria de Relações Internacionais do PT teve um papel muito ativo.

## COMUNICAÇÃO

### Seminário vem aí



Retomar a discussão sobre uma política de comunicação do PT, coordenar nacionalmente as atividades petistas na área e fazer um papo preliminar sobre a campanha de 94. Com esses três objetivos, acontece nos dias 11 e 12 de dezembro o Seminário Nacional de Comunicação do PT, organizado pela secretaria nacional da área. A dinâmica dos debates passa por quatro mesas e um debate aberto ao público externo, sobre “A comunicação no programa de governo do PT”, às 20 horas do dia 11 (sábado). As mesas abordarão “Os meios de comunicação e a construção partidária”, “A comunicação do PT com a sociedade” e as eleições de 1994, incluindo a nova legislação de propaganda eleitoral.

Estarão participando profissionais e dirigentes que trabalham com comunicação no PT, e estudiosos e profissionais que, de fora, avaliarão

o desempenho do PT na área. Entre outros, Dulce Pereira, da TVT, Bernardo Kuscinski, jornalista e professor, Pedro Osório, assessor da Prefeitura de Porto Alegre, Perseu Abramo e Rui Falcão, jornalistas e dirigentes nacionais, Stella Bruna, advogada, Paulo de Tarso, publicitário, Paulo Betti, ator, e Alon Feuerwerker, ex-diretor da Agência Folhas.

O seminário será realizado no auditório da PUC-São Paulo, o “Tuquinha” (Rua Monte Alegre 948, Perdizes), a partir das 9 horas do dia 11 de dezembro. Haverá uma taxa de inscrição de mil cruzeiros reais. Para maiores informações, entre em contato com a Secretaria Nacional de Comunicação (Markus Sokol ou Cíntia Campos) ou com a Secretaria de Comunicação do DR-SP (Valter Pomar ou Fernanda Estima), pelos telefones (011) 223-7999 e pelo fax (011) 222-9665.

## FINANÇAS

### Campanha imediata

A Secretaria Nacional de Finanças informa que a campanha financeira feita para elaboração do Plano de Governo Lula-94 já está na segunda etapa.

Os bônus referentes à primeira fase já foram todos vendidos.

Outra novidade é a agenda para 94. Elas já foram distribuídas para os estados e, em alguns casos, a quantidade foi insuficiente. Bom sinal. De imediato, precisamos vender os cartões de natal e postais, que também já se encontram à dis-

posição da militância nos diretórios. Agora, é arregaçar as mangas e tentar tapar o rombo.



## AGRÁRIA

## Resistência em Getulina



Cem anos após o massacre de Canudos, o lema “ocupar, resitir e produzir” permanece vivo. Foi acreditando nisso que 2.520 famílias ocuparam, por 41 dias, 2.450 hectares da Fazenda Ribeirão dos Bugres, em Getulina, interior de São Paulo.

Resistência, no entanto, não é coisa que se acabe com uma ação de despejo. Macuco — distrito de Getulina — é testemunha disso. Como consequência imediata do despejo, 10 mil pessoas, aproximadamente, acamparam na praça principal do vilarejo à espera de uma solução das autoridades competentes.

O dono, Antonio Ribas, ainda pretende processar lideranças do MST e da CUT por perdas e danos que ele afirma ter sofrido durante o tempo em que suas terras foram ocupadas.

Uma inquestionável influência com juízes ligados a questões fundiárias garantiram a família Ribas a não vistoria de suas terras por técnicos do Incra, sob o pretexto de “esbulho possessório”, contrariando o artigo 2º, parágrafo 2º da Lei nº 8.629 deste ano.

O clima no acampamento, antes do despejo, não era dos mais tranquilos. A polícia militar cercou a área durante alguns dias e fechou o acesso às fazendas. Ninguém saía nem entrava no local. No dia 19 de novembro, 120 homens do Comando de Operações Táticas da Polícia Militar — o mesmo comando que atuou no massacre da Casa de Detenção no ano pas-

sado —, começaram o despejo atirando bombas de gás. Segundo o capitão Antonio Sergio, nenhum sem-terra foi ferido gravemente. Uma menina de cinco anos de idade teria sido ferida no abdome por uma espada e um menino teve seu braço fraturado durante a ação da polícia do Sr. Fleury. Ao todo, foram mais de 60 pessoas feridas (entre elas, mulheres grávidas).

O governo federal, no último dia 24/11, desapropriou 18 fazendas e entre elas está a Fazenda Jangada (do mesmo dono da Fazenda Ribeirão dos Bugres, com 5.400 hectares). Dois dias depois, o Supremo Tribunal Federal suspendeu a execução do decreto assinado pelo presidente Itamar, baseando-se nos argumentos do advogado da família Ribas, que considera irregular a vistoria feita por técnicos do Incra, na qual foi provada a improdutividade da área. Uma nova vistoria será realizada, agora com a fiscalização do judiciário, técnicos do Incra e, é claro, representantes do fazendeiros.

A tática dos latifundiários é antiga e tem dado certo até hoje. Eles soltam o gado e fazem com que os técnicos acreditem que cinco mil hectares são mais úteis para bois do que para 10 mil pessoas.

Enquanto o ministro Carlos Velloso se esmera na suspensão de decretos, os sem-terra continuam ocupando a praça do vilarejo de Macuco.

A resistência dos latifundiários não se compara a do MST. A terra é a mesma, mas os objetivos são, com certeza, muito diferentes.

## Novo líder

Antecipada em um mês pelo líder Vladimir Palmeira, a sucessão na liderança da bancada do PT na Câmara Federal será concluída nesta quarta-feira, 01 de dezembro. José Fortunatti, do Rio Grande do Sul, candidato único, deve ser o sucessor de Vladimir.

A antecipação foi decidida “para que o novo líder possa fazer o trabalho de reorganização da bancada que julgar necessário e se preparar a batalha que começa em janeiro, caso a gente vá ao plenário do congresso revisor”, explicou Vladimir.

## CASO NUTRÍCIA

## Armação

Bem que a imprensa tentou. Mas as suposta “maracutaia” envolvendo Lula com a empresa “Nutrícia” foi desmontada. “A Nutrícia vende alimentos à prefeitura de São Paulo desde a gestão Mário Covas (83/85)”, conta o deputado estadual e ex-secretário municipal de Abastecimento, Lucas Buzzato. “O próprio Maluf usa a mesma licitação do tempo de Erundina para comprar leite em pó da empresa”. Lucas Buzzato está preparando um dossiê sobre o caso. Desde que a imprensa divulgou que Lula viajou num avião pago por um dos sócios da Nutrícia, Maluf vem tentando provar que, em troca, haveria favorecimento à empresa por parte da administração petista em São Paulo. “Se fosse assim, por que a licitação feita pela prefeitura ainda é reconhecida pela administração

malufista?”, provoca o deputado. Durante a gestão de Luiza Erundina, o Tribunal de Contas do Município foi implacável na fiscalização das contas da prefeitura. “No caso da SEMAB- Secretaria de Abastecimento, o TCM chegava a auditar um por um dos contratos, em vez de auditá-los por amostragem”, afirma Buzzato. “Maluf sabe que não há nada contra nossa gestão. O que ele quer é plantar manchetes nos jornais e tentar desacreditar o PT”.

O dossiê que está sendo preparado pelo deputado vai subsidiar as instâncias do PT e a própria militância. “Não podemos ficar sendo atacados sem reagir. Nossos adversários tentam atingir Lula e o partido, porque sabem que só o PT está fora desse mar de lama”, finaliza Lucas Buzzato.

## CUPOM DE ASSINATURA

Nome \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_

CEP \_\_\_\_\_ Telefone \_\_\_\_\_

Cidade \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_

Assinatura semestral (12 edições) CR\$ 1.700,00

Assinatura anual (24 edições) CR\$ 3.400,00

preço válido até 30/12

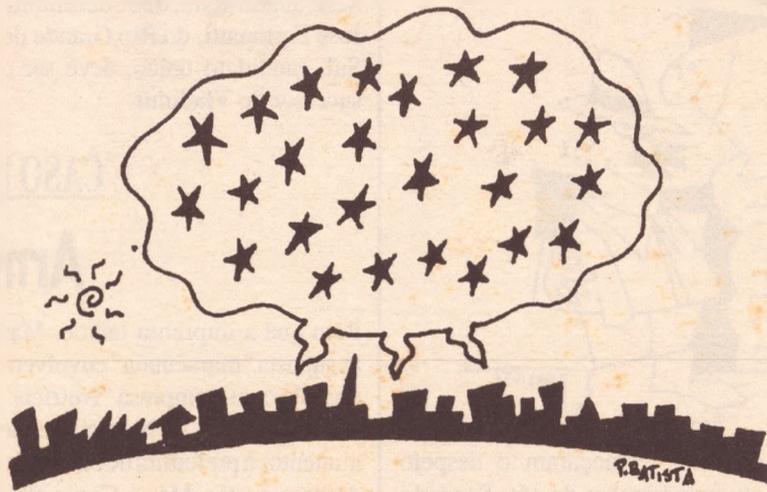
# Administrações debatem comunicação

Profissionais de comunicação de todo o Brasil ligados a prefeituras do campo democrático participaram, dias 18, 19 e 20 de novembro, em Goiânia (GO), de um seminário que discutiu comunicação, cultura e transformação social. O final do encontro apontou como consenso a união de esforços na busca da democratização da comunicação, beneficiando a participação popular e priorizando a informação como instrumento da construção da cidadania no país. O Seminário de Comunicação das Prefeituras Democráticas foi promovido pela SNAI — Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais do PT. Sua conclusões serão debatidas e aprofundadas no próximo Seminário Nacional de Comunicação do PT (ver página 6).

Para Telma de Souza, titular da SNAI e ex-prefeita de Santos, a comunicação tem o papel fundamental de integrar as administrações com a sociedade. “O acesso à informação é um direito do contribuinte, que paga por ele, por meio dos impostos. Para tanto, o relacionamento das prefeituras com a imprensa deve ser, antes de tudo, ético e de interação”. O prefeito de Goiânia, Darci Accorsi (PT), lembrou aos participantes o compromisso de sua administração com a utilização da comunicação com transparência e como instrumento de construção da cidadania.

## Transparência

No painel sobre estratégias de comunicação do governo democrático e popular, Dulce Pereira, coordenadora da TV dos Trabalhadores (TVT), ressaltou ser fundamental a elaboração de uma política de comunicação, definindo com quem queremos nos comunicar e que veículos temos ou podemos utilizar. “Não se formulam conceitos reais de cidadania se não conseguirmos estabelecer uma relação de mão dupla, de interação da comunidade”, afirmou, sugerindo uma maior utilização do rádio e outras alternativas possíveis de comunicação. Dulce lembrou,



ainda, a importância de assumirmos a luta pela implantação de um sistema público de comunicação.

## Experiências

A organização da área de comunicação em uma prefeitura e a relação delas com os meios de comunicação foram discutidas em um dos painéis do seminário, que teve

como ponto forte a troca de experiências desenvolvidas pelas prefeituras representadas no seminário. Goiânia mostrou seu trabalho de comunicação comunitária, desenvolvido no projeto “Goiânia Viva”, com a edição diária de boletins informativos e de um jornal com o balanço de cada etapa do projeto.

## Pela democratização

Nós, participantes do Seminário de Comunicação das Prefeituras Democráticas, entendemos que, mais uma vez, devemos unir esforços na busca da democratização dos meios de comunicação.

A atual situação de virtual monopólio privado de alguns dos meios de comunicação, por parte de grupos, precisa ser revertida em benefício da

participação popular, de modo a transformá-la em mais um espaço público.

Este seminário, que discutiu comunicação, cultura e transformação social, vê no direito à informação verdadeira e real, um instrumento fundamental na construção da cidadania do nosso povo.

Goiânia, 20 de novembro de 1993.

## Prefeituras presentes

Administrações Petistas: Betim (MG), Ribeirão Preto (SP), Angra dos Reis (RJ), Rio Branco (AC), Lagoa da Prata (MG), Londrina (PR), São José dos Campos (SP), Franco da Rocha (SP), Santos (SP), Ipatinga (MG), Goiânia (GO).

Administração do PPS: Florianópolis (SC)  
Administração do PDT: João Pessoa (PB)  
Administração do PSB: São Luiz (MA)

A prefeitura de Santos, em segunda gestão petista, tinha muita coisa para contar. O destaque é a experiência santista de transformação do velho Diário Oficial do Município num veículo forte e dinâmico. Com uma tiragem diária de 21 mil exemplares, distribuídos gratuitamente à população em 360 bancas de jornais da cidade, o “D. O. Urgente” se tornou um veículo de vital importância para a governabilidade daquela administração, tendo em vista que o único jornal da cidade fazia sistemática oposição à gestão petista na prefeitura.

O diretor do “Jornal do Brasil”, Rosenthal Calmon Alves, observou que de nada adianta as prefeituras do campo popular e democrático fazerem um trabalho “até perfeito”, sem conseguirem passar à comunidade essa imagem. Ele sugeriu que se trabalhe mais com a informação do que com a propaganda. O boicote dos setores da imprensa, segundo ele, tem limites, principalmente quando se investe na produção de eventos.

## Campanha

**Proteste contra a condenação política de Edson Cardoni. Envie telegramas para o Desemb. Dr. Odyr J.P. Torto. O endereço é: Tribunal de Justiça de São Paulo — Pça da Sé s/n, 5º andar — Gab. da Presidência — CEP: 01018-900.**

**Cardoni destinou verba da PRODAM para o aluguel de três ônibus que, em 16.12.89 levaram até Brasília dirigentes de movimentos populares e sindicalistas com objetivo de conseguir liberação de recursos para os municípios.**

**Cópias das manifestações devem ser enviadas ao Diretório Municipal do PT de São Paulo. O endereço do DM-SP é: Rua Pedro Taques, 68/70 — Bela Vista — CEP: 01415-010 — São Paulo/SP — Fone: (011) 259.8411**

**Escreva e participe!!!!**